

1º DE MAIO UNIFICADO

Pela primeira vez nos últimos 5 anos, o 1º de MAIO, dia internacional da luta da classe operária e dos trabalhadores contra a opressão e a exploração será unificado em Campinas. Reunirá todos os sindicatos, associações, movimento popular, CUT e Corrente Sindical Classista durante todo o dia no Centro de Convivência.

Haverá espaço para as entidades organizarem suas bancas e painéis e a ADUNICAMP estará presente contando a história de nossa luta pela melhoria das condições de trabalho e em defesa da Universidade. Os colegas interessados em organizar, junto com a Diretoria Cultural, o material para essa exposição, comuniquem-se com a ADUNICAMP - ramal 3152 ou 39.1148 (direto).

Chamamos os colegas a participarem desse dia de luta que no quadro atual, tem o caráter de denúncia da política econômica e do entreguismo e corrupção do governo Sarney.

As atividades no 1º de Maio serão as seguintes:

8:30 hs - Abertura:

- Teatro de Arena
Maratona pela cidade. As inscrições podem ser feitas na ADUNICAMP até 6ª feira, às 17 horas, para os docentes interessados.
- TEATRO E CAPOEIRA - Grupo Galpão de Belo Horizonte de Teatro de Rua.
- EXPOSIÇÃO DE FOTOS, CARTAZES E CHARGES sobre o Movimento Sindical Nacional e Internacional.
Apresentação da coleção "TRABALHADORES".
- Show Musical - Samba, Música Popular e Sertaneja.

17:00 hs -

- ATO PÚBLICO de denúncia da Política Econômica e do Governo Sarney.

18:00 hs - ENCERRAMENTO

- com a Orquestra Sinfônica de Campinas.

- CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO SARNEY
 - PELA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA
- ADUNICAMP PRESENTE NO 1º DE MAIO UNITÁRIO

ASSESSORIA JURÍDICA

ATENDIMENTO NA ADUNICAMP - 3ª feiras
das 8:00 as 10:00 horas
marcar horário com antecedência

adunicamp

BOLETIM

Nº 013/89

DATA: 26/04/89

ELEIÇÕES PARA CONSU:

DEFENDER A AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

A eleição dos representantes docentes no CONSU será realizada nos dias 16 e 17 de maio de 1989, das 9:00 às 17:00 horas, nas Unidades. Os candidatos deverão inscrever-se na Sala 13 da Secretaria Geral da UNICAMP, nos dias 24 a 28 de abril e 2 e 3 de maio/89.

O voto é obrigatório e cada docente poderá votar em até 2 nomes de representantes de seu nível de carreira para titulares e 2 nomes para suplentes. Serão eleitos os 3 candidatos mais votados em cada nível para titulares e os 3 candidatos em cada nível para suplentes.

As eleições dos representantes para o CONSU adquirem, neste momento, importância capital e exigem nossa mobilização e participação nos debates que devem acontecer.

Nos próximos dois anos, o Conselho Universitário deverá se posicionar sobre assuntos importantes da vida universitária, tais como: AUTONOMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA UNICAMP, ELEIÇÃO DE REITOR E SUCESSÃO, MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS, POLÍTICA CIENTÍFICA, POLÍTICA SALARIAL, entre outras. Será o CONSU o lugar onde acontecerão os grandes debates sobre a Universidade e sua vinculação com sociedade e os grandes problemas nacionais.

Caberá, portanto, à próxima representação, ampliar a participação dos docentes nos debates sobre esses assuntos e lutar pela implementação e consolidação das propostas oriundas do conjunto do corpo docente.

A ADUNICAMP, consciente da significação dessa eleição, promoverá um debate com todos os candidatos docentes, assim que se encerrarem as inscrições.

IMPRESSORAS

ADQUIRA SUA IMPRESSORA RIMA PELO CONVÊNIO
ADUNICAMP / POLO INFORMÁTICA

P O U - UMA PROPOSTA QUE DEVE SER APRIMORADA

Já está sendo discutida nos Departamentos e Congregações, a proposta de PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO UNIVERSITÁRIA - PQU - que terá como objetivo propiciar as condições para a qualificação do corpo docente, especialmente dos MS-2. A ADUNICAMP fez parte da Comissão, criada pelo CONSU, que elaborou tal proposta.

Algumas considerações apresentadas pela entidade durante os trabalhos da Comissão não foram contempladas no relatório preliminar.

Assim, a Diretoria, a Comissão de Carreira e o Conselho de Representantes deliberaram por encaminhar as unidades, propostas de modificação de alguns pontos do programa, visando seu aprimoramento.

Foi encaminhada carta às Congregações e a todos os Departamentos da UNICAMP com a posição da entidade sobre o PQU, solicitando que a discussão contemple as sugestões apresentadas pela ADUNICAMP e que sejam enviadas à entidade as propostas surgidas nas unidades para um estudo posterior.

Solicitamos aos colegas que estejam atentos para essa discussão e discutam o PQU e as propostas de modificação sugeridas pela ADUNICAMP.

ESCOLHA DE REITOR: PRIMEIRA DEFINIÇÃO SERÁ NA CONSTITUINTE ESTADUAL

A ADUNICAMP, junto com a ADUSP e ADUNESP vem acompanhando de perto os trabalhos da Constituinte Estadual. Aprovado o Regimento Interno, temos o prazo de 30 dias, após sua publicação no D.O., para apresentação das emendas ao ante projeto. A Proposta das AD's para os Capítulos da Educação e da Ciência e Tecnologia, será transformada em emenda e deverá ser subscrita por no mínimo 3.000 eleitores.

Essa Proposta está sendo encaminhada às Congregações das Unidades para divulgação e discussão. Ela contempla questões polêmicas como **ELEIÇÃO DE REITOR, FINANCIAMENTO e AVALIAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE**, assuntos candentes em discussão hoje entre os docentes das Universidade e outros setores da sociedade.

Nosso posicionamento sobre essas questões e nossa mobilização serão fundamentais para garantir, na Constituinte, a aprovação das propostas mais avançadas na defesa da Universidade autônoma, democrática e progressista.

Para fundamentar nossa proposta para a Constituinte, enviamos aos deputados documento que publicamos na Integra:

Senhor Deputado,

Enquanto entidades direta e historicamente vinculadas à Educação e à produção de Ciência e Tecnologia, as Associações de Docentes da UNICAMP, USP e UNESP, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES - a União Nacional de Estudantes - UNE, em seus mais variados órgãos de consulta e debate não poderiam deixar de encaminhar à V. Exã., para seu exame e reflexão, suas propostas relativas às suas áreas de atuação.

Orientou a formulação de tais propostas a preocupação com o interesse da maioria da população que vem expresso em um ponto de vista historicamente defendido por todo o movimento social: a defesa da escola pública, a defesa da responsabilidade do Estado em relação à escola pública e a democratização da estrutura de poder das instituições de ensino e de pesquisa. Inspirados nestes princípios, são pontos centrais da nossa proposta:

1. UNIVERSIDADE E AUTONOMIA

Depois do Decreto Lei Nº 29598, de 02.02.89, as Universidades Estaduais Paulistas estão vivendo a experiência de gestão financeira autônoma. Mas, é evidente que reduzir a autonomia à gestão financeira, é reduzir a própria Constituição Federal que prevê autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial. A efetivação desta autonomia mais ampla exige a fixação de índice compatível com as atividades desenvolvidas. Por isso, nossa proposta é de que a Constituição Estadual fixe um índice de 33% da receita tributária do Estado para o setor da educação, sendo 11%, no mínimo, para as Universidades.

A Autonomia das Universidades implica na escolha de seus dirigentes como representantes do corpo universitário. Neste sentido, não se justifica sua nomeação por qualquer poder externo aos órgãos da própria Universidade.

No entanto, em nome da Autonomia, não pode a Universidade isolar-se do conjunto da sociedade. É a ela, pelo resultado de seu trabalho, que a Universidade deve prestar contas. Por isso e para isso, nossa proposta contempla a criação de um Conselho Social, de caráter consultivo, constituído por representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, das comunidades científicas, artísticas e profissionais, dos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa, das entidades de classe empresarial e trabalhadora, dos estudantes, professores e funcionários, com funções de avaliar as atividades desenvolvidas, sugerir planos de ação à Universidade, mas também com poderes de auditoria. Desta forma, se garantirá a articulação, não meramente burocrática, do campo social com a Universidade.

Face às disposições novas que advirão da Constituição Estadual, não poderão as Universidades furtar-se à consequente reformulação de seus estatutos, incorporando e efetivando os princípios definidos pela Constituinte: eis a razão de propormos um prazo para que se inicie tal processo.

2. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O bem estar da sociedade como um todo e a preservação do patrimônio natural do Estado, a fim de que estes bens possam ser desfrutados por estas e pelas futuras gerações, deverão ser as linhas norteadoras da definição da política de Ciência e Tecnologia desenvolvida pelos órgãos estaduais de pesquisa, pelas Universidades e pelos órgãos financiadores da pesquisa.

A concretização, em cada caso, de tais princípios depende da garantia de acesso dos cidadãos à toda informação relativa aos projetos executados no Estado. Exige, também, garantias de articulação entre a sociedade como um todo e as instituições estaduais de pesquisa. Neste sentido, nossa proposta contempla a criação de um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia que definirá os planos gerais de ação do estado na área, avaliará os projetos desenvolvidos e sugerirá ações específicas demandadas pelo interesse da população.

Por fim, nosso principal órgão de financiamento é a FAPESP, pelo trabalho sério que vem realizando na área de incentivo à pesquisa, não pode, por falta de recursos, restringir sua ação. É necessário, pois, elevar sua dotação de 0,5% para 1% do orçamento estadual.

Estes são, Senhor Deputado, os pontos básicos da proposta anexa. Sua preocupação com os interesses públicos é nossa garantia de seu apoio aos ideais e idéias aqui defendidas.

ADUSP - ADUNESP - ADUNICAMP - UNE - ANDES

Embora jovem, a UNICAMP consolidou-se como uma das melhores universidades do país. Apesar desse sucesso, não se pode ignorar a existência de diversos problemas que prejudicam a consolidação da UNICAMP como instituição modelar.

Assim sendo, neste momento em que se caminha para uma autonomia cada vez maior, é preciso ter a coragem de reconhecer a existência destes problemas. Este é o primeiro e indispensável passo em direção à sua resolução. É, também, a única forma da UNICAMP desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma compatível a contribuir para a superação dos graves problemas que a nossa sociedade apresenta e retribuindo, desta forma, o esforço que esta faz para sustentá-la.

Parece haver um certo consenso no reconhecimento dos principais problemas que a Universidade enfrenta: a) não há uma clara política de ensino e pesquisa que garanta que os recursos sejam aplicados na direção e na forma mais conveniente para o conjunto da sociedade; b) os Estatutos encontram-se superados, não correspondendo à atual realidade da Universidade; c) há um número significativo de professores, inclusive em tempo integral, que não dão à Universidade a correspondente dedicação; d) há excesso de funcionários em muitos setores e falta em alguns outros; e) apesar de jovem, a UNICAMP é uma instituição extremamente burocratizada, e seus procedimentos prejudicam enormemente a sua eficiência; f) os mecanismos formais de gestão da Universidade não asseguram uma efetiva participação dos docentes, funcionários, alunos e da comunidade, não correspondendo aos seus anseios; g) a política salarial, ainda indefinida, não proporciona a tranquilidade indispensável ao desenvolvimento do trabalho acadêmico; h) não há um sistema adequado de controle e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas pela Universidade em geral e pelos docentes em particular; i) não há um programa de formação e capacitação de recursos humanos.

Eis os problemas a nosso ver, a sua superação depende da implantação de mecanismos democráticos

que garantam a efetiva participação dos diferentes segmentos que compõem a Universidade.

MÁRCIO LUÍZ DE ANDRADE NETTO
FEE - MS-5

A Autonomia Universitária recentemente conquistada introduziu um conjunto extenso de novos problemas a serem resolvidos pela comunidade acadêmica. O Conselho Universitário da UNICAMP, até o momento, não se posicionou sobre o assunto, delegando os estudos preliminares a uma Comissão de Conselheiros que poucas vezes se reuniu, não dispondo ainda de qualquer resultado concreto. Julgo da maior importância que o Conselho estenda a discussão à comunidade pela promoção de debates e pelo acolhimento de propostas e sugestões geradas em seu seio.

A tarefa principal da representação docente a ser eleita será a de lutar pelo estabelecimento de uma estrutura universitária adequada aos objetivos acadêmicos e à luz da autonomia agora existente. Para tanto proponho defender os princípios resumidos abaixo:

- Descentralização administrativa e financeira que permita maior autonomia às unidades de ensino e pesquisa;

- Composição do Conselho Universitário que possibilite maior expressão aos docentes na discussão e decisão sobre os assuntos da UNICAMP;

- Transformações estruturais na Universidade com o objetivo de privilegiar as atividades acadêmicas, ou seja, valorizar devidamente o Ensino, a Pesquisa e a Extensão como sendo a finalidade de nossa instituição;

- Maior clareza e transparência em todos os procedimentos administrativos, com atenção especial às contratações e à elaboração e execução orçamentária;

- Participação adequada da UNICAMP nas verbas estaduais dedicadas à Educação;

- Independência em relação as instâncias administrativas da Universidade;

- Votar na indicação feita pela comunidade na eleição para Reitor.

WALDYR LUÍZ RIBEIRO GALLO
FEC - MS-2

A AUTONOMIA E A ESCOLHA DE REITOR

Em todas as Universidades públicas brasileiras os Reitores sempre foram escolhidos por suas vinculações com o poder externo ao qual a Universidade se reportava: Governo Federal ou Estadual. Durante o autoritarismo, era portanto normal a nomeação de Reitores apenas por sua identificação com os donos do poder sem que a comunidade universitária fosse ouvida.

Fruto de transição democrática, o processo de escolha de Reitor que vigora estatutariamente na UNICAMP está assentado em três bases: a vontade da comunidade interna (expressa através da consulta), o poder institucional da Universidade (através da elaboração de lista pelo CONSU) e a comunidade externa (na pessoa do Governador).

Com o avanço de processo democrático no país e a Autonomia, o processo de escolha de Reitor deve ser rediscutido. A proposta de eleição direta para Reitor, surgida como reação normal da comunidade à imposição externa, não é, na nossa opinião, o melhor caminho. A eleição direta pode introduzir sérios problemas para o funcionamento da Universidade. Em primeiro lugar, um Reitor eleito diretamente passa a ter uma legitimidade semelhante à de um Presidente em um país presidencialista; nessa situação, falar em fortalecer o CONSU e realizar uma descentralização dos poderes da Reitoria passa a ser até contraditório. Outra importante objeção reside na inexistência de um canal apto a intervir no processo caso haja problemas ou distorções na campanha: todos sabemos que o populismo e a demagogia ainda são poderosos instrumentos na "caça ao voto".

Ao Reitor cabe importante papel externo junto ao Governo do Estado, aos órgãos de financiamento da pesquisa e na busca de fontes de financiamento externas. Desde esse ponto de vista é imprescindível que o

Reitor seja respeitado também externamente. Como considerar a opinião da comunidade externa que sustenta esta Universidade ou que nela investe recursos para a pesquisa é uma questão que deveríamos tentar equacionar mais a longo prazo.

Para a próxima sucessão, que já se avizinha, entendemos ser fundamental que o papel do CONSU não seja esvaziado. A consulta seria a forma da comunidade interna se manifestar e caberia ao CONSU o papel de definir o Reitor. Se existe confiança na representação docente, discente e de funcionários eleitos, bem como nos Diretores, que também são representativos das Unidades, é evidente que preservar o poder de escolha no CONSU não representaria qualquer ameaça à vontade da comunidade: caso a consulta transcorresse sem problemas nos parece evidente que o CONSU a respeitaria e, em caso contrário, evitaria uma crise na Universidade.

PAULO S.F. BARBOSA
FEL - MS-2

A AUTONOMIA E O ENSINO DE GRADUAÇÃO

A UNICAMP tem crescido de modo significativo através de alguns desafios que tem enfrentado. A propoção de uma nova Sistemática de Vestibular, a promoção de eventos pioneiros como a UAP, I Feira de Tecnologia e Seminário Brasil Sec. XXI representam iniciativas que revelam a capacidade criativa e inovadora desta Universidade. Ainda, a criação do CONSU representou um passo decisivo e corajoso no plano institucional.

O desafio que nos é colocado agora é lidar com a autonomia. O que ela representa em seus múltiplos aspectos? Tomando por exemplo o aspecto relativo ao ensino de graduação, uma série de questões surgirão naturalmente:

- A UNICAMP, que se caracteriza como uma Universidade moderna, está sendo moderna nas avaliações que faz de seus alunos? E a avaliação dos próprios cursos não deve ser enfrentada?

- A docência na graduação nunca será considerada como critério de promoção na carreira?

- O dimensionamento do nº de vagas dos nossos cursos está adequado à realidade da demanda? E a infra-estrutura material, de pessoal docente e técnico é compatível?

- E a idéia de criação de cursos noturnos, foi esquecida?

Todas estas questões estão intimamente ligadas a outros aspectos da autonomia. Aos representantes eleitos caberá a tarefa de debater cada questão com a necessária visão do todo, procurando convergir para o estabelecimento de uma sequência de prioridades. Acredito que a autonomia que conquistamos, impele-nos a apreender a conviver com recursos limitados. Entre estes recursos incluem-se também o nosso tempo e disposição para o debate de idéias, pelo que a priorização se fará necessária.

ANGEL PINO SIRGADO
FE - MS-3

AUTONOMIA, LIBERDADE E CONSENSO

A autonomia universitária, que dez anos atrás ainda parecia um objetivo político impossível, a nova Constituição tornou-o um fato consumado. Isso levou o governo do Estado a antecipar-se à constituinte estadual e outorgá-la por decreto para limpar suas relações com a universidade paulista. A questão que surge agora é: autonomia para quê, se ela não for fruto da liberdade e da participação? autonomia para quê, se ela não se inserir num projeto de universidade pensado pela comunidade universitária e que seja a expressão da consciência acadêmica e política dessa comunidade, e não uma simples bandeira para ocultar interesses de grupos acadêmicos ou político-partidários? autonomia para quê, se ela servir apenas para mascarar uma "democracia" do consenso pela cooptação das pessoas, o silenciamento dos opositores, a hegemonização das relações acadêmicas e administrativas?

Autonomia sim, como expressão das liberdades e das diferenças, no respeito das decisões maioritárias.

Autonomia sim, como expressão de um projeto de universidade que expresse a consciência acadêmico-científica da comunidade universitária e de uma participação livre e aberta de todos na sua implementação. Autonomia sim, como espaço amplo para a discussão dos nossos problemas burocráticos-administrativos, das normas maiores da universidade, do orçamento e das fontes de captação de recursos. Autonomia sim, como possibilidade de escolha livre dos nossos dirigentes em todos os níveis, o qual não é necessariamente incompatível com a transparência e a responsabilidade social da universidade.

ANTONIO CARLOS BANNWART
FEC - MS-3

AUTONOMIA E DEMOCRACIA

A questão da autonomia e suas implicações na vida institucional da Universidade tem sido, infelizmente, mais abordada sob o aspecto formal (exemplo: proposição de uma Estatuinte) que sob o aspecto dos fins visados. Apresentamos a seguir uma proposta quanto a essa questão em seu conteúdo, ignorando a forma.

Em primeiro lugar, não se trata de reventar a Universidade em suas diferentes instâncias de decisão. Estas já foram estabelecidas pelos docentes, com o apoio de funcionários e alunos, ao cabo do longo processo de institucionalização vivido a partir da intervenção.

Em segundo lugar, a discussão do assunto deve ser balizada por uma clara definição do modelo de democracia que se deseja para a Universidade. Modelos que se resumam ultimamente ao voto direto nos parecem inaplicáveis à instituição, não só porque favorecem corporativismos e populismos indesejáveis, como também minimizam os direitos das minorias, quaisquer que elas sejam. São pois inaceitáveis tanto o modelo de democracia dos parlamentos - onde as minorias são esmagadas pela maioria - quanto o dos partidos políticos - onde as minorias se submetem à maioria. O modelo apropriado para a Universidade deve respeitar a diversidade de opiniões que a caracteriza.

A configuração jurídica da autonomia são os Estatutos. A sua adaptação aos novos dispositivos legais deve ter como ponto de partida o ordenamento jurídico existente, já que não se trata de recriar ou reinventar a UNICAMP.

ARMANDO TURTELLI Jr.
IFGW MS-5

POLÍTICA CIENTÍFICA

Estabelecer uma política científica para a Universidade é entendido como definir uma orientação geral para balizar as várias linhas de pesquisa a serem seguidas, ou estabelecer as chamadas áreas prioritárias. A experiência tem mostrado que a definição dessas áreas oferece vários perigos. O primeiro deles é sujeitar a Universidade a modismos, uma vez que essas áreas são estabelecidas num determinado momento histórico, por um grupo de pessoas que são alimentadas apenas por informações já disponíveis nesse momento particular. Consequentemente, o próprio estabelecimento dessas áreas deixa de ser criativo, pois acontece em função do que já foi desenvolvido em outros lugares. Estabelecer uma política científica que priorize pesquisas aplicadas, por exemplo, é por uma camisa de força na criatividade de nossos pesquisadores. Existem assim, dois demônios a serem exorcizados: o modismo e o iluminismo. Ou seja, as prioridades não podem ser estabelecidas em função do que está na moda e nem por um grupo de iluminados. Facilmente se cede a tentação maniqueísta, resultado daquela visão primária de que as áreas prioritárias são aquelas a serviço imediato da sociedade. Daí até ao "tudo pelo social" é um passo. É no mínimo temerário confiar a um grupo de pessoas, por melhores que sejam, a definição do que é prioritário em ciência. A política científica da Universidade deve ser antes de tudo mantê-la como um centro gerador do conhecimento, oferecendo a seus pesquisadores condições para que desenvolvam sua criatividade nas mais variadas áreas. Esse conhecimento é o produto que a Universidade deve oferecer à sociedade.

CARLOS EDUARDO DO N. GONÇALVES
IE - MS-5

AUTONOMIA E A QUESTÃO FINANCEIRA

Como se sabe a autonomia é também gestão financeira independente. Isto significa entre outras coisas que é a Universidade que fixa o salário de seus servidores administrativos e docentes, fixa a proporção das verbas destinadas a pagamento de pessoal, material de consumo, serviço de terceiros e capital.

Até aqui nada de novo, a novidade está no fato de que a Universidade contará agora com uma proporção fixa da arrecadação de imposto estadual (ICMS). Não haverá mais a possibilidade de conseguir verbas suplementares negociadas com a Secretaria da Fazenda ou com o Governador.

Esta realidade nos leva a ter que decidir claramente entre três categorias de gasto: Pessoal, Outras Despesas de Custeio e Capital, que incidirão sobre uma proporção fixa da arrecadação do ICMS. Estas três categorias de Gasto significam salários, infra-estrutura de ensino e pesquisa e construções e aquisições de equipamentos para os laboratórios de ensino e pesquisa.

Sabemos que a maior parte dos equipamentos são adquiridos através de convênios e/ou financiamentos internacionais. Entretanto, os nossos laboratórios de ensino e pesquisa não podem ficar ao sabor do vai e vem da política da FINEP, CNPq, etc., é necessário que o orçamento da Universidade abrigue uma proporção de seus recursos que permitam o mínimo para o desenvolvimento adequado do ensino e da pesquisa.

Por outro lado, deve haver reajuste salarial dos servidores docentes e administrativos para que os salários não sejam deteriorados pela inflação.

Assim, é necessário o estabelecimento de uma política que evite ao mesmo tempo a compressão dos salários e a deterioração das condições de ensino e pesquisa.

CARLOS H. DE BRITO CRUZ
IFGW - MS-4

VALORIZAÇÃO DE CRITÉRIOS ACADÊMICOS

Após um período de indefinição institucional, concluído com o processo de institucionalização que, por ter contado com a ampla participação de docentes, alunos e funcionários trouxe à UNICAMP um ambiente de relativa tranquilidade, considero que estamos vivendo um momento propício à realização do potencial científico e educacional da Universidade. Com a definição de sua organização institucional praticamente completa e com a nova situação de autonomia financeira a questão que se coloca àquelas que desejam construir uma universidade moderna e de qualidade é: como privilegiar e estimular o ensino e a pesquisa de qualidade?

Entendo que a resposta a este desafio é única: a UNICAMP precisa de uma política de valorização de critérios acadêmicos em todos os níveis de decisão. A busca da excelência acadêmica precisa saber superar dois importantes obstáculos: a "política" de palavras de ordem, submissa a ingerências político partidárias e sindicais externas à Universidade, e a prática do clientelismo baseado em troca de favores. Para isto considero importante que aqueles professores com atuação destacada em pesquisa e/ou ensino participem dos órgãos colegiados da Universidade. Esta me parece ser a única maneira de se garantir que na tomada de decisões esteja sempre presente a ponderação daqueles que sentem no dia a dia as dificuldades relacionadas à pesquisa e ao ensino.

Paralelamente, a busca da excelência acadêmica exige um minucioso mapeamento das atividades da Universidade, como maneira de se atuar com base em considerações objetivas sobre o desempenho acadêmico. Assim a questão da avaliação da Universidade torna-se uma necessidade objetiva no processo de seu aperfeiçoamento.

Em conclusão, considero que para superar com sucesso os desafios futuros, é condição *sine qua non* a

valorização de critérios acadêmicos de excelência baseados em um minucioso processo de avaliação de desempenho da Universidade.

JOSÉ LUIZ SIGRIST
FE MS-4

A AUTONOMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA UNICAMP

A autonomia, mais do que uma conquista e mais do que um dispositivo legal é um processo cheio de desafios. A sua implementação depende do nosso esforço para compreender e respeitar a história da universidade brasileira e, no caso específico da UNICAMP, da fidelidade à sua experiência. Como experiência concreta, a UNICAMP já deu passos significativos na busca da sua autonomia possível. Basta consultar a sua história.

Autonomia tem parâmetros e contornos. O parâmetro fundamental decorre da própria natureza da universidade, a saber: o compromisso com a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados. Os seus contornos são o Estado e a Sociedade. Em relação ao Estado, a condição da autonomia é uma dotação orçamentária adequada aos projetos e programas. Implica, ainda, uma legislação do ensino superior que faculte à universidade a criação de suas próprias normas, condicionadas, evidentemente, pelas normas externas que concedem e retiram direitos e obrigações.

Em relação à Sociedade, a autonomia da universidade significa responsabilidade e compromisso com quem a financia e a serviço de quem a sua existência se legitima. Isto quer dizer que ela não é soberana nem isolada na produção de suas normas e na definição dos seus projetos.

Diante deste duplo contorno, cabe à universidade, neste momento, lutar, junto ao Poder Executivo, por um orçamento ajustado às suas necessidades e, junto ao Poder Legislativo, por uma legislação que não restrinja o preceito constitucional da autonomia.

Com relação à Sociedade, cabe à universidade definir a forma de participação dos segmentos sociais na definição e na gestão dos seus destinos.

A adoção, nos atuais Estatutos, de órgãos colegiados representativos e democraticamente eleitos, exprime o reconhecimento de que nenhum processo de exercício direto da democracia pode substituir o elemento mediador, imprescindível, que esses órgãos introduzem no debate das questões institucionais.

Por essa razão, para que a Universidade possa assumir as novas e graves responsabilidades impostas pela autonomia no âmbito institucional, é essencial lutar pelo fortalecimento dos atuais órgãos colegiados na tomada de decisões. Em especial, devem ser reforçadas as atribuições do CONSU, onde, entre outras, o tripé orçamento-pessoal-infraestrutura terá que ser compatibilizado em favor da qualidade dos serviços que a Universidade presta.

ARICIO XAVIER LINHARES
IB - MS-3

AUTONOMIA UNIVERSITARIA E POLITICA DE RECURSOS HUMANOS NA UNICAMP

O advento da autonomia universitária causou, como consequência imediata, o desvio do eixo das discussões de muitos problemas e reivindicações, que antes se davam entre a Universidade e o Governo Estadual, para dentro da própria Universidade. Este fato também mostrou a nossa falta de informação e preparo para encarar estes problemas de forma imediata. Isto fica bem evidenciado na questão dos Recursos Humanos. A UNICAMP não possui, até o momento, uma política clara de Recursos Humanos. A meu ver, esta falta de política apenas reflete o fato de que, antes da Autonomia, este aspecto era de responsabilidade do Governo Estadual. Em parte, as Universidades já vinham tentando resolver o problema com a criação das várias carreiras dos servidores, mas isto foi apenas uma solução paliativa e parcial. Com relação aos docentes, encontra-se em tramitação e discussão no CONSU, o PQU. Entretanto, não há uma política clara de contratações. As reivindicações e discussões salariais, por exemplo, estando agora restritas ao ambiente

universitário, fatalmente irão gerar tensões entre as várias categorias funcionais dentro da UNICAMP, e entre servidores e a direção da Universidade.

Tendo isso em mente, o CONSU deve chamar a si a responsabilidade de abrir e conduzir a discussão sobre este problema, visto que vários aspectos da vida universitária, como a já comentada política salarial, antes de se definir uma política sólida de Recursos Humanos para os diversos segmentos da Universidade.

ELZA COTRIM SOARES
FCM - MS-3

PORQUE SOU CANDIDATA

Desde que cheguei à UNICAMP, em 1978, tenho participado de vários órgãos colegiados e exercido cargos administrativos que me possibilitaram uma experiência acumulada que considero extremamente positiva.

Fui membro, durante quase 3 anos, do Conselho Diretor (representante docente), e, por mais 3 anos, da Câmara Curricular e da Comissão Central de Graduação.

Fui coordenadora do Curso de Graduação do Curso de Medicina e, atualmente, sou chefe do Departamento de Clínica Médica - que engloba 70 docentes e 12 áreas do conhecimento.

Neste período, minhas posições têm sido definidas e claras, procurando refletir o pensamento da maioria dos meus pares.

Assim sendo, creio que tenho muito a contribuir para a discussão e definição dos caminhos da UNICAMP, da questão da Autonomia Universitária, da valorização do trabalho docente e de inúmeros outros temas que desafiam nosso cotidiano.

PAULO M.F. ARAUJO
IB - MS-3

Vivemos no momento uma expectativa de definição e/ou reavaliação de questões fundamentais para a Universidade. Acreditamos que os frutos de uma ampla e continuada discussão poderão influenciar na elaboração da nova Constituição Estadual e principalmente numa real e efetiva conquista de autonomia para a Universidade. No painel destas questões que visam à tão almejada autonomia, destacamos a atividade do professor no contexto de **Ensino e Pesquisa** e a consequente **avaliação** desta atividade: embora desenvolvendo outras atribuições este dualismo de ação tem sido precípua, e norteando a nossa vida acadêmica ao longo da história da UNICAMP. - É oportuno questionarmos sobre a realidade dessa nossa atuação **Ensino e Pesquisa** - Acreditamos ser unânime entre nós a idéia de "não se conceber o Ensino sem a Pesquisa"... Será que tem existido uma real integração neste dualismo de atividade? Ou, os métodos de avaliação profissional a que temos sido submetidos não tem forçado uma polarização de atividade (geralmente para a Pesquisa) e consequente quebra de hegemonia do Ensino que acreditamos ser precípua? - É evidente a reação cômoda de salvar o nosso "status quo", embora dificilmente admitida. É o momento de perguntarmos outra vez: Para quem a Universidade? - Está implícito para todos nós a necessidade de compatibilizar o que aqui fazemos com a expectativa da sociedade que nos sustenta. Será que os profissionais que estamos ajudando a formar estão realmente atendendo à expectativa desta sociedade?...

Nada mais justo e sério, que ao decidirmos sobre a administração das nossas metas busquemos esta sintonia com a aspiração da sociedade. Começemos por eliminar a "postura de avestruz", admitindo a necessidade de superar a defasagem de "excelência" do que somos e do que a mídia nacional colore. É pertinente já, uma reavaliação das nossas prioridades sem omissão de qualquer destas atividades **Ensino e Pesquisa**. Devemos entretanto concretizar a busca de **melhoria da Educação como um todo**. E ainda, defi-

nirmos uma forma de avaliação desta nossa atividade dualista, que seja ampla e transparente. Some-se a isto, a busca de otimização da máquina burocrática a que estamos atrelados: É importante que esta esteja a serviço da comunidade universitária, e não o contrário como ainda é frequente nos nossos dias.

REGINA APARECIDA POLO MULLER
IA MS-3

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, CONSU E REPRESENTAÇÃO DOCENTE

Entendo o CONSU como a instância onde são debatidas as grandes questões da Universidade, cuja finalidade primeira é o ensino, a pesquisa e prestação de serviços.

Neste sentido, a representação de docentes do Instituto de Artes no CONSU é um imperativo em vista de uma questão que diz respeito ao nosso destino e o da Universidade como um todo, além daquelas de interesse imediato desta Unidade. Trata-se da questão do ensino da arte na Universidade, da pesquisa em arte e dos serviços que deve prestar à sociedade no campo específico de sua atuação.

As dificuldades de se implantar, em sua integralidade, e de se desenvolver o Instituto de Artes só serão ultrapassadas a partir de um debate amplo e profundado sobre o lugar do artista na sociedade e as especificidades desta área do conhecimento no conjunto da Universidade.

Trata-se de uma experiência ímpar esta de acompanhar a implantação de uma unidade da Universidade num momento histórico crucial ou seja, a transição para uma nova realidade, a da autonomia Universitária.

Esta experiência de responsabilidade na fundamentação de decisões que contribuirão ou não para a sobrevivência da Universidade abrangem assim, a representação do docente enquanto responsabilidade por um futuro que lhe cabe garantir, indo além mas partindo de sua vivência específica. A implantação de uma unidade oferece uma situação particularmente rica para o que chamo, acima, de debate das grandes questões da Universidade.

ÍTALA D'OTTAVIANO IMECC MS-4
ANTONIO FERNANDO S. PENNA IFGW MS-4
RAUL VINHAS RIBEIRO FEE MS-4
FRANCISCO B.T. PESSINE IQ MS-4

O Conselho Universitário, como órgão máximo da Universidade, deve ser o verdadeiro definidor de sua política científica, acadêmica e de prestação de serviços à comunidade.

Algumas questões se apresentam, no momento, como cruciais para a Universidade: a definição de uma política salarial para docentes e servidores em geral; a definição, pela Constituinte Estadual, da autonomia das Universidades Públicas Paulistas; e as subconsequentes medidas a serem implementadas pela UNICAMP, visando à viabilização de sua autonomia orçamentário-administrativa, de docência e de pesquisa, porém sem se alheiar de suas responsabilidades com a comunidade e consciente de seu comprometimento com a sociedade como um todo.

Dentre as questões prementes salienta-se a definição do processo institucional para a escolha do Reitor da Universidade.

Devemos lutar para que essas questões e outras de interesse da Universidade sejam discutidas e analisadas nas várias instâncias e organismos representativos da comunidade acadêmica, e a representação docente junto ao CONSU deve ser o canal institucional dos docentes da Universidade para a manifestação de sua vontade e defesa de suas posições.

Para tal, deve ser representativa e pluralista; deve respeitar as instâncias administrativas e as estruturas sindicais da Universidade, porém deve ser independente dos interesses de grupos, partidos políticos e das estruturas de poder; deve procurar colaborar ativamente nas discussões básicas; e deve ser lúcida, coerente, corajosa e atuante, em defesa dos interesses acadêmicos dos docentes e da Universidade.

Será assim que, com nossa experiência administrativa e de representação em órgãos colegiados, procuraremos atuar como representantes docentes eleitos, trabalhando em conjunto com nossos colegas de representação.

ROBERTO ROMANO
IFCH - MS4

Impossível propor algo, na vida universitária de hoje, desconhecendo a conjuntura política, econômica, ideológica e científica que envolve a instituição acadêmica. Pontos que precisam ser lembrados: a universidade é uma reunião de pesquisadores-docentes, alunos e funcionários, que se volta para o recolhimento e análise teórica de problemas sociais, históricos, naturais, etc. Enquanto formação específica, ela deve lutar para sua expansão e reforço. Parece-me suicídio institucional ceder às chantagens estatais, ou vindas de outras corporações, expostas nas críticas genéricas ao "corporativismo acadêmico". Este slogan tem ajudado, e muito, na tarefa de aviltar salários, alocações de recursos para a pesquisa e a docência. A luta pela autonomia deve ter uma base sólida na confiança dos acadêmicos em seu próprio trabalho. As considerações legais sobre nossa desimportância social, e outras críticas do mesmo nível, devem ser combatidas, esclarecendo-se a sociedade sobre a amplitude digna de respeito, da produção científica. As formas administrativas da universidade - chefias, diretorias, reitorias - são instrumentos em vista dos alvos científicos. O mesmo ocorre com as estruturas sindicais (ADUNICAMP e outras). Neste prisma, cada uma delas, na sua especificidade, deve ser respeitada. Sugestões trazidas pelo diálogo precisam ser analisadas no seu valor imaneente, e nunca por sua origem (seja sindical, seja administrativa). As formas administrativas universitárias não são expressões diretas de poder, mas de autoridade que emana da representação legítima e do saber de seus ocupantes. Sem isto, elas se reduzem ao esqueleto burocrático, tornando-se inúteis e perigosas à vida científica. O movimento sindical também precisa contemplar estes itens, sob pena de se descaracterizar socialmente, mesmo diante de outros setores sindicais, que possuem hoje, no País, uma auto-consciência bem desenvolvida (operários, bancários, etc.).